

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de São Paulo

Class.: 353

Data 29 de Junho de 1980

Pg.: _____

A defesa do índio, o "dono original" FSP 29.6

Também em relação aos índios, a ação da Igreja, nos últimos anos, abandonou a linha de salvação apenas das almas para passar a lutar pelos direitos dos "proprietários originais das terras", conforme rezam as linhas de ação do Conselho Indigenista Missionário. E, também nesse capítulo, os choques com o governo se tornaram inevitáveis, a ponto de a Fundação Nacional do Índio (Funai) ter cassado as autorizações de quatro missionários para atuarem junto aos indígenas: os padres Antonio Iase Junior, Egídio Schwada e Vicente César e o bispo dom Pedro Casaldáliga.

Criado em 1972 e, desde 1977, vinculado à CNBB, o CIMI serve hoje de modelo para a ação indigenista dos países da América Latina, principalmente os da região Amazônica, que, em junho de 1977, acataram as linhas de ação do Conselho. Essas linhas são aplicadas em todo o território brasileiro, com exceção do Piauí, Ceará e Rio de Janeiro, onde não há índios. Mas não são seguidas, por exemplo, pelos salesianos, que continuam vendo no índio um "espírito desencarnado" e por missões não católicas, como a New Tribes do Brasil e a missão evangélica da Amazônia.

OS PONTOS BÁSICOS

Uma frase das linhas de ação do CIMI sintetiza sua posição: "Reconhecer que, como pessoas e como povo, os índios são e devem ser aceitos como adultos, com voz e responsabilidade, sem tutela nem paternalismo, capazes de construir sua própria história."

A partir desse reconhecimento, o CIMI defende o direito dos povos indígenas de recuperar e garantir o domínio de sua terra, "terra apta e suficiente para um crescimento demográfico adequado à sua realidade ecológica e sócio-econômica". E defende, também o respeito ao direito que os povos indígenas têm de viver segundo sua própria cultura.

Dividido em nove regionais, que englobam todo o País, o CIMI tem desenvolvido um trabalho fundamental, apesar da oposição aberta dos organismos oficiais voltados para a mesma questão. O Estatuto do Índio, por exemplo, aprovado pelo Congresso, em 1973, é considerado pelos atuais dirigentes da Funai como "poesia de intelectuais". E as reuniões dos chefes indígenas — iniciadas em 1976, na prelazia de Diamantino, no Mato Grosso — acabam sempre

sob vigilância policial, quando não há uma interferência direta mais grave, como aconteceu em Surumu, Roraima, em 1977: a reunião de 150 chefes foi proibida pela Funai e a Polícia Federal interveio.

OS LULAS INDÍGENAS

O sucesso da conscientização chegou a tal ponto que, hoje, os índios citam o seu Estatuto e exigem da Funai o cumprimento da lei. E mais: surgiram, entre os próprios índios, líderes naturais, que hoje conduzem todos os trabalhos das assembleias. São os chefes Mário Juruna, dos Xavantes; Daniel Cabixi, dos Parecis; Marçal, dos Guaranis; Angelo Kretan, dos Kaingang; e Adriano, dos Guajajara.

O trabalho dos missionários não é impírico: depois de um curso dado pela "Operação Anchieta", em Mato Grosso, ou pelo próprio CIMI, os candidatos são obrigados a estudar antropologia, realidade brasileira, saúde, evangelização e lingüística. E, uma vez aprovados, continuam seguindo cursos de atualização, além de participarem de uma reunião anual, para discutir aspectos da economia e educação indígenas, problemas locais e revisão do trabalho feito.